

Goiás deve, mas Íris consegue negociar

HELVERTON BAIANO
Correspondente

Goiânia (Sucursal) — Quando o governador Iris Rezende assumiu o Governo de Goiás, em março do ano passado, o estardalhaço político era feito em cima das dívidas deixadas pelo seu antecessor. De antecessor a antecessor, essas dívidas, segundo o próprio Governador, à época, chegavam a cerca de Cr\$ 500 bilhões. Ele trabalhou, juntamente com a sua equipe, durante um ano, praticamente, para renegociar essas dívidas. Hoje, elas estão divididas em três tipos, segundo o secretário de Planejamento e Coordenação de Iris, Flávio Peixoto, e que, renegociadas, sofreram as alterações normais de juros e correções.

O primeiro tipo de débito é referente ao FGTS e IAPAS (Previdência Social), em um montante de Cr\$ 200 bilhões. Essa dívida foi amplamente renegociada junto ao BNH e à Previdência, custando muitas viagens de Iris e seus auxiliares a Brasília e Rio de Janeiro. Para Flávio, o Governo anterior ignorou o problema, promovendo um descaso ao funcionalismo, o que gerou essa dívida que, no momento, o Governo não tem condições de pagar. Isso é comprovado pelo montante do orçamento para 1984, que é de Cr\$ 400 bilhões e, deste, a maior

parte é para o pagamento do pessoal. Dessa forma, não há como pagar e o trabalho de Iris foi todo ele voltado para a renegociação com os credores.

OUTRAS DÍVIDAS

O segundo débito foi provocado pelos projetos que Flávio classifica como "faraônicos e de natureza anti-social do governo anterior", e que provocaram um débito de Cr\$ 90 bilhões ao BNDES. O exemplo citado foi o do Projeto Rio Formoso. De acordo com Flávio, são desembolsados trimestralmente Cr\$ 3 bilhões só para o pagamento de encargos desse projeto. Ai também é incluído o débito "gerado pela patética aventura de Corumbá — diz Flávio —, quando o Estado, sem condições para entrar em uma obra de US\$ 1 bilhão, se aventurou na construção dessa usina". Por isso, hoje existe uma dívida de mais de Cr\$ 100 bilhões da Celg junto aos bancos internacionais, que, para Flávio, está controlada.

O outro é o débito externo, que inclui, além do da Celg, um que foi renegociado ano passado por Iris Rezende. O Governo do Estado desembolsou US\$ 29 milhões e deverá pagar quantia aproximada em 1984, renegociação esta feita de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Comor. "A dívida, no entan-

to, está domesticada", garante Flávio Peixoto. A receita tributária/fiscal de Goiás, por outro lado, tem aumentado consideravelmente. Dos Cr\$ 8 bilhões de arrecadação de ICM, em março de 1983, hoje atingiu mais de Cr\$ 37 bilhões. Isso dá destaque a Goiás. Em contrapartida, ele tem que desembolsar muito para continuar pagando os efeitos da renegociação.

A concreta folga na arrecadação não compensa em nada as dívidas que o Estado tem hoje. Existe, para atrapalhar o desempenho de algumas empresas estatais goianas, a Resolução 831 do Banco Central. Os órgãos do Estado que mais têm problemas com ela são a Saneago e Cohab, que tentam por meio da rede bancária oficial de Goiás saídas que não chegam a ser paliativas. A Saneago está fazendo apenas para pagar razoavelmente o seu quadro funcional, pois não consegue empréstimo do setor público federal, sem o qual nada é feito, como mostra a prática. Outras formas de saída são procuradas pelo governador Iris Rezende, com a aplicação de austeridade, que Flávio Peixoto reconhece também como necessária, no que se refere aos gastos públicos, como foram os casos dos leilões de carros e aviões, a absorção dos funcionários e o decreto de demissão em massa.